



Carta Aware

MARÇO 2026

Leia mais em nosso site: www.awaregestao.com

Estados Unidos

Neste mês, a economia americana adentrou-se num terreno menos glorioso do que a propaganda oficial gostaria de vender. O PIB do quarto trimestre de 2025 foi revisado para baixo e passou a crescer apenas 0,5% em taxa anualizada, um ritmo bem inferior ao trimestre anterior, enquanto o setor de serviços perdeu fôlego ao longo do mês, com o ISM caindo para 54,0 e o componente de preços pagos avançando no ritmo mais forte em mais de 13 anos. Ao mesmo tempo, os pedidos semanais de auxílio-desemprego subiram, mas o payroll de março ainda entregou 178 mil vagas, o que preserva a velha especialidade americana: não colapsar o suficiente para aliviar o Fed, nem acelerar o bastante para justificar euforia.

Na inflação, o retrato não foi mais gentil. O PCE de fevereiro subiu 0,4%, com o núcleo em 3,0% na comparação anual, acima da meta do Fed; o consumo nominal ainda avançou, mas renda disponível e poupança mostraram sinais de fadiga. Na virada para abril, o mercado já trabalhava com a ideia de que o CPI de março viria bem mais quente por causa da energia, e as atas do Fed deixaram claro que a política monetária segue “bem-posicionada” apenas no sentido burocrático da expressão: há oficiais cogitando até alta, não por entusiasmo hawk, mas porque a guerra e o petróleo recolocaram a inflação no centro da mesa. Em resumo, o Fed continua preso ao seu ritual favorito: parecer paciente enquanto a conta da energia bate na porta.

É no Oriente Médio, porém, que março deixa sua verdadeira marca: a “vitória” de Trump no Irã carrega mais cheiro de derrota histórica do que de triunfo estratégico. Ele nomeia aliados da OTAN de “covardes” por não apoiarem a campanha contra o Irã, com queixas de que os europeus não foram informados antes da ofensiva; A diplomacia MAGA conseguiu o raro feito de brigar com quem precisava ajudar. Raro, mas acontece sempre. O resultado prático foi bem menos cinematográfico do que a retórica: o estreito de Hormuz permaneceu condicionado, a passagem continuou limitada e o petróleo oscilou violentamente, caindo abaixo de US\$ 100 só depois do anúncio de cessar-fogo frágil, para em seguida voltar a subir com as dúvidas sobre a trégua. Nem o estreito Trump conseguiu “domar”, nem o petróleo se comportou como se obedecesse ao slogan do magnata.

O saldo de março, portanto, é bastante claro: atividade ainda resistente o bastante para impedir afrouxamento rápido, inflação pressionada por energia e serviços, e uma política externa que promete vitória enquanto entrega volatilidade, isolamento parcial e custo econômico para o próprio sistema que pretendia exhibir força. Para a precificação de ativos, isso significa menos fé na narrativa e mais atenção ao que insiste em aparecer nos dados: crescimento mais lento, inflação mais teimosa e um barril de petróleo que continua fazendo pouco caso do teatro político.

Europa

A Europa voltou a entregar exatamente aquilo que menos precisava: crescimento mais fraco, energia mais cara e inflação ressuscitada no pior momento possível. A expansão do setor privado da zona do euro enfraqueceu acentuadamente porque a guerra no Oriente Médio elevou os custos de energia e interrompeu cadeias de oferta, com a demanda caindo pela primeira vez em oito meses. Ao mesmo tempo, a inflação do bloco acelerou para 2,5% em 12 meses, acima de fevereiro e no maior nível desde janeiro de 2025, puxada por petróleo e gás.

Esse é o gargalo europeu em sua forma mais elegante: um continente que ainda precisa de energia para respirar, mas já opera com os pulmões comprimidos por restrições de oferta e custos de insumo mais altos. O PMI industrial até mostrou expansão forte, mas o próprio levantamento admite que as interrupções na cadeia inflaram os números enquanto a demanda subjacente permaneceu fraca (boa notícia para manchete, péssima notícia para a economia real). O desemprego da zona do euro subiu para 6,2% em fevereiro, e o BCE manteve os juros em 2%, mas a conversa já começou a mudar de lado: os mercados passaram a precificar novas altas até dezembro, e membros do banco central admitem que um aperto adicional não pode ser descartado se a pressão inflacionária persistir.

O desalinhamento com Trump ficou escancarado. A Europa rejeitou o pedido de ação militar no Estreito de Ormuz e deixou claro que não queria ser arrastada para uma guerra que não escolheu, enquanto Macron fez questão de elogiar a previsibilidade europeia em contraste com a impulsividade americana. Em português claro: o bloco tenta parecer chato porque descobriu que ser previsível custa menos do que ser errático.

Orbán na Hungria, por sua vez, continua encarnando a caricatura perfeita do trumpismo europeu: apoiado por Trump e orbitando o universo MAGA, vendido como símbolo de soberania, mas com economia estagnada, custo de vida em alta e uma retórica que depende justamente da benção externa que diz desprezar. É uma peça de teatro em que o protagonista posa de independente enquanto aguarda aplauso de Washington e tolerância de Bruxelas.

Em síntese, março deixou a Europa encurralada entre um choque energético que não pediu e uma política externa americana que ela não controla. O resultado é um bloco que continua tentando administrar inflação, atividade frágil e risco geopolítico com a mesma caixa de ferramentas: juros em suspenso, retórica prudente e a esperança de que o barril de petróleo resolva cooperar. Uma fé notavelmente cara para quem já está pagando o pato.

Ásia

China

A Mãe China fez o que costuma fazer quando o cenário externo vira parque de diversões para o Tio Sam: não entrou no palco para gritar, entrou para reorganizar a plateia. Li Qiang, PM chinês, prometeu abrir ainda mais a economia e reforçar o tratamento nacional às empresas estrangeiras, embalando a mensagem no clássico vocabulário de “ pilar de certeza ” e “ porto de estabilidade ”, justamente enquanto as tensões comerciais e geopolíticas se acumulavam ao redor. E a performance encontrou algum respaldo nos dados: a economia começou o ano numa base mais firme, com aceleração da produção industrial, recuperação do varejo e dos investimentos em janeiro e fevereiro, além de exportações sustentadas pela demanda por tecnologia ligada à IA.

Mas a maestria chinesa em negociar sem intervir não elimina as fricções internas, apenas as administra com disciplina. O PMI de serviços recuou de 56,7 para 52,1 em março, ainda em expansão, mas bem abaixo do pico recente, enquanto o PMI industrial caiu para 50,8 e continuou crescendo pelo quarto mês seguido, só que com pressões de preço se intensificando de maneira clara. Ao mesmo tempo, a inflação ao consumidor desacelerou para 1,0% em março, mas os preços ao produtor subiram pelo ritmo mais forte em mais de três anos, um contraste que mostra como o choque de custos ainda está vivo mesmo quando o índice cheio parece comportado.

O Banco do Povo da China manteve as principais taxas de juros de referência pelo décimo mês consecutivo, e a própria leitura de mercado aponta que o aumento dos preços globais do petróleo, impulsionado pelas tensões no Oriente Médio, empurrou para frente qualquer impulso monetário mais agressivo. O desemprego urbano ficou em 5,3% em fevereiro, ligeiramente acima do esperado, lembrando que a recuperação ainda precisa conviver com um mercado de trabalho que não resolveu todos os seus próprios dilemas. Nesse ambiente, a China ainda ganhou um prêmio simbólico: uma pesquisa da Gallup mostrou avanço da imagem chinesa e queda da confiança nos Estados Unidos, ampliando a disputa por influência internacional. A ironia, aqui, é quase pedagógica: enquanto Washington faz barulho, muda de tom, interrompe a própria coreografia e tenta negociar com o megafone ligado, Pequim prefere a geometria fria da estabilidade e, por agora, o mercado parece notar a diferença.

Ásia

Japão

Os nipônicos voltaram a fazer o que economias maduras fazem quando o mundo insiste em piorar: administrar o choque com disciplina e sem histeria. A resposta mais visível foi energética e pouco romântica, porque Tóquio anunciou a liberação de 80 milhões de barris de suas reservas (volume suficiente para cerca de 45 dias de abastecimento) para amortecer a interrupção de oferta associada à guerra no Oriente Médio, reduzindo em 17% os estoques nacionais e, de quebra, lembrando que reservas existem para comprar tempo, não para abolir a física.

No front doméstico, a inflação perdeu força em fevereiro: o CPI subiu 1,3% em 12 meses, na menor leitura em quase quatro anos, e a inflação básica caiu para 1,6%, abaixo da meta de 2% do BoJ. Só que a serenidade dura pouco no Japão quando a energia entra na sala, e março devolveu um PPI de 2,6% ao ano, acima do mês anterior, sinalizando pressão de custos ainda viva na origem da cadeia. O Banco do Japão, por sua vez, manteve o discurso de cautela, admitindo que o conflito no Oriente Médio pode prejudicar o crescimento e exigir elevação de juros com parcimônia. Já o FMI, sem muito espaço para delicadeza, defendeu continuidade da normalização monetária.

É nesse ponto que Trump entra em cena com o refinamento diplomático de sempre: pressionou o Japão a “fazer sua parte” na guerra com o Irã, citou Pearl Harbor e conseguiu o raro feito de unir mal-estar histórico, constrangimento protocolar e ruído estratégico numa única frase, como se política externa fosse improvisado de comício. A premiê Sanae Takaichi, aliada de Trump, tentou equilibrar limites legais internos, rejeição pública à guerra e a necessidade de preservar a aliança com Washington. O resultado foi uma encenação em que o Japão precisou fingir que o problema era o tom, quando o problema era o conteúdo.

No balanço de março, o país aparece exatamente como costuma aparecer em momentos bons e ruins: pragmático, tecnicamente sólido e vulnerável onde importa, isto é, na energia. O risco de estagflação voltou ao vocabulário do próprio Banco do Japão, a política monetária ficou mais encurralada entre inflação de custos e crescimento mais fraco, e a leitura para ativos é simples: a normalização de juros existe, mas segue condicionada por um cenário externo que não ajuda e por um Trump que conseguiu transformar aliança em teste de paciência.

América Latina

Argentina

Em março, a Argentina voltou a entregar um daqueles quadros que, à primeira vista, parecem vitória, mas exigem um segundo olhar mais frio e calculista para entender o custo implícito dessa melhora.

De um lado, o país passou a ser tratado como exceção positiva na América Latina. O Banco Mundial destacou a Argentina como um dos poucos casos de dinamismo relativo na região, em meio a um crescimento estruturalmente fraco dos pares, reflexo direto do ajuste agressivo e da reorganização macro conduzida pelo governo Milei. Os dados reforçam essa narrativa: o PIB avançou cerca de 4,4% em 2025, consolidando a recuperação após o colapso inicial do ajuste. Mas é justamente aqui que a leitura começa a ficar menos confortável. A inflação, embora dramaticamente menor do que no auge da crise, voltou a dar sinais de resistência. Em março, a alta mensal girou em torno de 3%, ligeiramente acima de fevereiro, mostrando que o processo de desinflação perdeu velocidade exatamente quando o choque externo de petróleo e logística global voltou a pressionar custos. A promessa de “inflação resolvida” começa a ganhar contornos mais realistas: controlada, sim. Vencida, nem tanto.

No campo social, a fotografia é ainda mais paradoxal. A pobreza caiu para 28,2%, (o menor nível em sete anos) um feito relevante e estatisticamente incontestável.

Mas a queda vem acompanhada de uma compressão brutal do consumo: o poder de compra segue pressionado, subsídios foram reduzidos e o ajuste fiscal cobra seu preço no cotidiano. Em termos práticos, menos pobreza estatística não significa necessariamente mais conforto econômico. E é no crédito que o sistema começa a mostrar suas fissuras mais evidentes. Com o aumento do endividamento das famílias e a escalada da inadimplência, revela-se que parte da estabilização está sendo financiada no balanço das famílias, não na renda disponível. A taxa de inadimplência saltou de forma relevante nos últimos meses, refletindo exatamente esse desequilíbrio entre ajuste macro e capacidade micro de pagamento. O resultado é uma economia que melhora “de cima para baixo”, mas ainda não se sustenta plenamente “de baixo para cima”

A Argentina deixou de ser o caos na sua forma mais pura e passou a ser um experimento macro coerente em fase de testes. Cresce, desinfla, ganha credibilidade, mas transfere parte do custo para famílias mais alavancadas, consumo comprimido e um sistema financeiro que começa a absorver esse impacto.

América Latina

Chile

O Banco Central do país andino manteve a taxa de juros em 4,5% ao ano, mas o comunicado veio carregado de cautela: a guerra no Oriente Médio elevou significativamente as incertezas globais, pressionou o petróleo e começou a contaminar as expectativas inflacionárias de curto prazo, especialmente via combustíveis e câmbio. A inflação corrente ainda parecia comportada, mas o próprio BC admitiu que o problema já não estava no dado passado, mas sim no que vinha pela frente. E o que vinha pela frente apareceu rápido demais.

O governo de José Antonio Kast foi forçado a abandonar a proteção artificial de preços e permitiu um reajuste brutal dos combustíveis (alta que chegou a 54% em alguns casos, provocando corrida aos postos, filas e um súbito despertar inflacionário). O episódio, batizado informalmente de "bencinazo", foi menos uma escolha política e mais uma rendição à realidade: um país estruturalmente dependente de energia importada não negocia com o petróleo, só aceita. Afinal, manda quem pode, obedece quem tem juízo.

A ironia é que Kast, alinhado ideologicamente ao mesmo eixo político que alimenta a volatilidade global, acabou sendo um dos primeiros a pagar a conta. A retórica de disciplina fiscal e mercado livre encontrou um limite bastante concreto quando o barril subiu e o Estado, sem espaço fiscal, teve que repassar o choque diretamente ao consumidor. Resultado: queda de popularidade, pressão social e um início de governo que rapidamente saiu do campo das ideias para o terreno mais ingrato da economia real.

O Chile continua sendo um dos emergentes mais organizados do tabuleiro, mas organização não imuniza contra geopolítica. Em março, o país mostrou que, quando o petróleo fala mais alto, até os modelos mais ortodoxos precisam ceder rapidamente.

Brasil

No Brasil, março marcou o início do ciclo de flexibilização monetária, mas em um contexto menos benigno do que o mercado projetava no fim de fevereiro. O Copom cortou a Selic de 15,00% para 14,75%, porém a decisão veio acompanhada de uma comunicação bastante cautelosa, sem validar uma trajetória linear de afrouxamento. O movimento refletiu mais uma recalibragem do grau de restrição do que uma mudança relevante de regime, sobretudo em um ambiente em que a alta do petróleo e a piora do cenário externo voltaram a contaminar o balanço de riscos.

Na inflação, o mês trouxe uma fotografia menos confortável. O IPCA subiu 0,88%, acima dos 0,70% observados em fevereiro, e o acumulado em 12 meses avançou para 4,14%, contra 3,81% no mês anterior. A composição também piorou na margem, com destaque para Transportes e Alimentação, já refletindo de forma mais clara os efeitos do choque energético internacional. Não houve ruptura do processo desinflacionário, mas março mostrou que a trajetória segue sujeita a ruídos relevantes e menos linear do que a precificação mais otimista chegou a sugerir.

Na atividade, o quadro permaneceu relativamente resiliente. O IBC-Br cresceu 0,6% em fevereiro, enquanto a produção industrial avançou 0,9%, o varejo subiu 0,5% e os serviços ficaram estáveis em nível ainda elevado. A leitura mais adequada continua sendo a de desaceleração gradual, sem deterioração abrupta, o que por si só já ajuda a explicar a postura mais contida do Banco Central. A economia perde tração, mas ainda não entrega uma fraqueza suficientemente clara para justificar um ciclo mais profundo ou mais rápido de cortes.

O mercado de trabalho também seguiu reforçando essa leitura. A taxa de desocupação ficou em 5,8% no trimestre encerrado em fevereiro, ainda baixa em termos históricos, enquanto o rendimento real habitual alcançou R\$ 3.679. Além disso, a criação de vagas formais permaneceu robusta, preservando um pano de fundo de renda e consumo ainda relativamente sustentado. Em outras palavras, há sinais de acomodação, mas não de enfraquecimento agudo, o que mantém a demanda doméstica ainda firme o suficiente para impedir qualquer leitura mais complacente.

No fiscal, março trouxe apenas alívio parcial. O Governo Central registrou déficit primário de R\$ 30,0 bilhões em fevereiro, embora o primeiro bimestre tenha acumulado superávit. Ainda assim, o ponto central segue sendo menos o dado corrente e mais a percepção de trajetória, sobretudo em um ambiente em que petróleo mais alto, inflação global mais sensível e maior cautela dos bancos centrais internacionais reduzem a margem para compressão mais intensa da curva local. A ponta longa, portanto, continuou mais presa ao prêmio de risco do que à simples melhora marginal dos dados correntes.

Em síntese, março marcou o começo dos cortes de juros no Brasil, mas em um ambiente mais exigente do que o mercado vinha antecipando. A inflação voltou a incomodar na margem, a atividade permaneceu resiliente, o mercado de trabalho seguiu forte e o choque externo elevou a cautela. O ciclo começou, mas com inclinação mais rasa, ritmo mais moderado e dependência ainda maior dos próximos dados, especialmente em inflação, petróleo, expectativas e fiscal.

Juros & Câmbio

No Brasil, o Copom cortou a Selic de 15,00% para 14,75%, dando início ao ciclo de flexibilização, mas com comunicação claramente prudente. O Banco Central evitou validar uma trajetória mais intensa de cortes e manteve a ênfase na dependência dos dados, especialmente inflação, expectativas e cenário externo. Com isso, a curva local passou a refletir um ciclo aberto, porém mais gradual, com a ponta curta ajustando o novo nível de juros e os vértices mais longos ainda limitados pelo prêmio fiscal e pelo ambiente internacional mais incerto.

No câmbio, março trouxe uma dinâmica mais mista do que a observada em fevereiro. O fortalecimento pontual do dólar contra as principais moedas globais em meio ao choque do petróleo e à fuga para ativos de proteção marcou o início do mês, com o índice DXY registrando seu melhor desempenho mensal desde setembro de 2022. A partir da segunda metade de março, contudo, a moeda americana passou a perder força frente a euro, libra e iene em diferentes momentos, refletindo dúvidas crescentes sobre o ritmo de crescimento nos Estados Unidos, reprecificação da trajetória de juros do Federal Reserve diante dos sinais de desaceleração da atividade e maior busca por diversificação cambial entre investidores institucionais.

Para o real, a combinação continuou tendo fatores de suporte, como o elevado diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos e o interesse estrangeiro por ativos locais. Ainda assim, março já mostrou perda de tração relevante na margem: segundo o Banco Central, o fluxo cambial total do mês ficou negativo em US\$ 6,35 bilhões, e o dólar à vista encerrou março em R\$ 5,1791, com alta acumulada de 1% no mês. Ou seja, mesmo com um pano de fundo global de dólar menos forte contra outras moedas, o real não acompanhou esse movimento e sofreu com um ambiente externo mais volátil.

Olhando à frente, uma eventual normalização das tensões no Oriente Médio pode permitir a retomada mais clara da tendência de enfraquecimento global do dólar, o que voltaria a favorecer o real. Nesse cenário, o elevado diferencial de juros entre Brasil e EUA e uma possível retomada do fluxo estrangeiro para os mercados locais seguiriam funcionando como vetores de suporte. Ainda assim, a assimetria permanece: fiscal e cenário eleitoral doméstico continuam como os principais pontos de atenção e podem voltar a exercer pressão sobre o câmbio ao longo de 2026.

Moedas

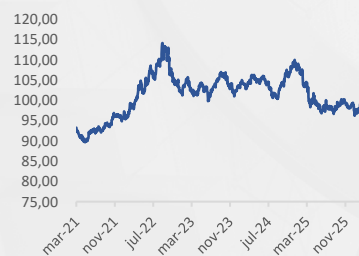
Dólar	5,18	1,00%
Euro	5,99	-1,23%
Libra	6,85	-0,95%
Yuan	0,75	+0,40%
Iene	3,26	-0,70%
Lira Turca	0,11	-0,17%

Evolução Dólar



Fonte(s): Yahoo Finance. Elaborado pelo Aware Investments

Evolução DXY



Fonte(s): Yahoo Finance. Elaborado pelo Aware Investments

Evolução Ouro



Fonte(s): Yahoo Finance. Elaborado pelo Aware Investments

Bolsas

Em março, o cenário global de renda variável sofreu reversão expressiva em relação aos dois primeiros meses do ano, com o início da campanha militar conjunta de Estados Unidos e Israel contra o Irã em 28 de fevereiro provocando a maior alta mensal histórica nas cotações do petróleo e ampla aversão a risco. O barril de Brent saltou de cerca de US\$ 70 ao final de fevereiro para próximo de US\$ 112, com o fechamento efetivo do Estreito de Ormuz comprometendo a logística global de combustíveis. O índice MSCI World registrou queda de 6,55% no período, refletindo o sell-off em companhias aéreas, hotelaria, semicondutores e bens de consumo discricionário, segmentos diretamente expostos ao choque de energia. O ouro, contrariando o movimento típico em episódios de tensão geopolítica, encerrou o mês com perda próxima de 13%, pior desempenho mensal desde outubro de 2008, pressionado por liquidações forçadas para cobertura de margens em outras classes de ativos.

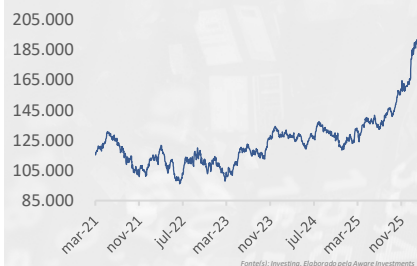
O Ibovespa apresentou comportamento notavelmente resiliente diante do quadro externo adverso, encerrando março com queda contida de 0,70%, aos 187.461,84 pontos, no primeiro mês negativo desde meados de 2025, mas ainda assegurando valorização de 16,35% no acumulado do primeiro trimestre. A bolsa brasileira foi favorecida por sua elevada exposição a energia, com Petrobras atuando como amortecedor em meio à disparada do petróleo. O fluxo estrangeiro permaneceu construtivo mesmo no ambiente de aversão a risco, com saldo positivo de aproximadamente R\$ 7,9 bilhões no mercado secundário até o dia 26, totalizando R\$ 49,6 bilhões de entrada líquida no acumulado do ano. Os principais detratores foram bancos e empresas mais sensíveis à curva de juros, pressionados pela reprecificação inflacionária global.

Nos Estados Unidos, o mês foi marcado por intensa correção, com S&P 500 e Nasdaq Composite registrando perdas de 5,09% e 4,75%, respectivamente, atingindo nas sessões finais os menores níveis de fechamento desde o início de setembro do ano anterior. O choque do petróleo recolocou o tema da inflação no centro da agenda do Federal Reserve, com a ata da reunião de março registrando preocupação explícita com a aceleração de preços de curto prazo decorrente do conflito no Oriente Médio, comprometendo a janela esperada de novos cortes de juros. O rendimento do Treasury de 10 anos saltou para 4,44%, maior patamar em oito meses, pressionando especialmente os múltiplos de companhias de tecnologia e crescimento. A liderança setorial concentrou-se em energia e defesa, enquanto semicondutores, serviços petrolíferos e companhias aéreas figuraram entre as principais quedas, refletindo a combinação de combustível mais caro, demanda enfraquecida e juros longos mais altos.

Índices

Ibovespa	187.462	-0,70%
S&P 500	6.528	-5,09%
Nasdaq	23.740	-4,89%
Euro Stoxx 50	5.569	-9,26%
Shanghai	3.3891	-6,51%

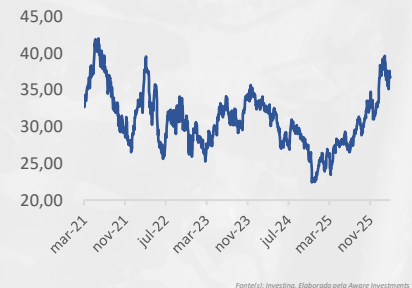
Ibovespa



S&P 500



Índice EWZ



Perspectivas

O cenário global segue caracterizado pela combinação entre choque de oferta no mercado de petróleo, reaceleração inflacionária de curto prazo e desaceleração gradual do crescimento nas economias desenvolvidas, configuração historicamente desfavorável para ativos de risco e que demanda postura mais cautelosa na alocação. O conflito no Oriente Médio segue sem resolução clara, com o Estreito de Ormuz operando em capacidade reduzida e o Brent sustentado acima de US\$ 100 por barril, mantendo o tema da inflação importada no centro do debate dos principais bancos centrais. Diante desse quadro, seguimos privilegiando a tese de rotação de portfólios em escala global, com preferência por mercados emergentes, ativos reais, commodities e setores ligados à reindustrialização, em detrimento de ações de crescimento de longo prazo cujos múltiplos seguem pressionados pela elevação dos juros longos. O dólar, após o fortalecimento pontual observado em março, deve retomar a trajetória de fraqueza estrutural ao longo do ano, fator que tende a sustentar adicionalmente o desempenho relativo dos ativos emergentes denominados em moedas locais.

No mercado brasileiro, mantemos a visão construtiva já defendida nos últimos meses, ainda que reconhecamos sinais de exaustão técnica do movimento de alta após o forte rali do primeiro trimestre. A concentração dos ganhos em grandes capitalizações ligadas a commodities, com participação ainda limitada do mercado mais amplo, sugere que uma correção intermediária seria saudável para a sustentação do ciclo de longo prazo. Nesse sentido, faz sentido a realização parcial de lucros nas posições mais valorizadas e o aumento gradual de instrumentos de proteção, sem abrir mão da exposição estrutural ao mercado local em momento de assimetria favorável. A curva de juros passou por abertura relevante ao longo de março, refletindo a deterioração do cenário inflacionário global e o repasse cambial ainda não integralmente dissipado, com arrefecimento parcial do movimento ao final do mês. Após os excessos observados no período, a curva passou a precificar uma Selic terminal próxima de 13% por prazo longo, patamar que consideramos descolado dos fundamentos e que abre oportunidade interessante para alocação em ativos prefixados com horizonte de médio prazo. Por outro lado, a manutenção dos juros longos em patamares elevados segue pressionando os resultados corporativos, com efeito particularmente sensível sobre companhias mais alavancadas, fator que sustenta nossa postura conservadora em relação ao mercado de crédito privado, com preferência por emissores de baixo risco, prazos mais curtos e estruturas com maior proteção.

Nos Estados Unidos, apesar da rotação observada nas últimas semanas para fora do setor de tecnologia, entendemos que o fluxo deve retornar gradualmente para empresas da cadeia de inteligência artificial, segmento em que o movimento vendedor recente tratou indistintamente companhias com perfis de risco e crescimento bastante distintos, criando janela de entrada interessante em nomes com fundamentos diferenciados e posicionamento sólido para capturar os ganhos de produtividade ainda em curso. A queda recente dos juros reais, refletindo ao aumento das expectativas de inflação enquanto o Federal Reserve mantém as taxas inalteradas, deve adicionalmente sustentar a busca por ativos de risco nos Estados Unidos e globalmente, com efeito particularmente relevante sobre múltiplos de companhias de crescimento e sobre o desempenho relativo de ações fora dos Estados Unidos. Por outro lado, os dados mais recentes de atividade econômica e emprego começam a desenhar quadro que exige atenção, com inflação seguindo persistente acima da meta e mercado de trabalho perdendo fôlego de forma gradual, combinação particularmente delicada que eleva o risco de um ambiente de estagflação. Nesse contexto, mantemos exposição seletiva ao mercado americano, equilibrando posições estruturais na cadeia de inteligência artificial com exposição relevante a industriais e defesa, segmentos que devem seguir beneficiados pelo quadro geopolítico vigente.



Disclaimer

Nossas opiniões são frequentemente baseadas em várias fontes, já que despendemos grande parte de nosso tempo com análises de amplitude global de vários bancos, gestores, corretoras e consultores independentes.

Todas as opiniões contidas neste relatório representam nosso julgamento até esta data e podem mudar sem aviso prévio, a qualquer momento.

As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo e não devem ser consideradas como uma oferta de aquisição de cotas dos fundos de investimentos. Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura, sempre leia o prospecto e o regulamento antes de investir.

Be **AWARE** with your
investments

AWARE INVESTMENTS
Multi Family Office

Brasil • Portugal • Suíça

contato@awaregestao.com
www.awaregestao.com